

O PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: ESTUDO DE CAMPO SOBRE AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS E INTERSUBJETIVAS DA INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA, JUNTO A 400 BOLSISTAS NO BIÊNIO 2005-2006

CARVALHO, José Carmello – PUC-Rio – jcarmelo@edu.puc-rio.br

GT: Política de Educação Superior / n.11

Agência de Financiamento: Sem Financiamento

Parte A: Fundamentação teórica e relevância da pesquisa .

O presente estudo insere-se no escopo das pesquisas da ANPED - em especial do GT Política do Ensino Superior – por avaliar os impactos de uma política de ação afirmativa desencadeada pelo Governo Federal, voltada à inclusão no ensino superior privado de grupos sociais sem chances efetivas de acesso às universidades públicas. Esta intenção política do MEC de promover a inclusão no ensino superior particular, via iniciativas político-financeiras associadas à renúncia fiscal da União, é aqui considerada em suas ambigüidades e limitações a partir de dois recortes de análise:

- i) quais os processos instituídos e instituintes de inclusão provocados pelo ProUni junto às IES privadas parceiras do programa, seja no plano político-financeiro, seja no plano pedagógico e social;
- ii) como os sujeitos sociais da população-alvo do ProUni – em especial ex-concluintes do ensino médio público, de baixa renda familiar, afrodescendentes, etc - avaliam as dimensões institucionais e intersubjetivas* desse processo de ação afirmativa.

A partir da década de 90, frente ao processo de crise de hegemonia, legitimidade e institucionalidade da universidade, os debates sobre a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil são intensificados. Neste contexto destacam-se as discussões sobre a política de cotas nas universidades públicas e as polêmicas em torno do ProUni, que prevê a reserva de vagas nas instituições de ensino superior particulares para vestibulandos excedentes de concursos públicos.

O debate sobre as ações afirmativas é extremamente antagônico e complexo, no sentido de alguns autores considerarem as cotas e as políticas de ação afirmativa como medidas compensatórias, e outros reconhecerem nessas ações a possibilidade de políticas de inclusão social e a importância de colocarem a questão racial em foco.

Uma das divergências apontadas pelo referencial teórico desse debate refere-se à ruptura do princípio do mérito individualista, no sentido de que as ações afirmativas

* A linha teórico-metodológica sobre intersubjetividade respalda-se em Bourdieu (1994), Koury (2005) e em pesquisa correlata ao presente tema por Jailson S. Silva (2003), sobre as trajetórias de estudantes pobres rumo à universidade, buscando-se dar conta das relações sempre tensas entre indivíduo social e sociedade.

privilegiam de forma positiva os grupos desprivilegiados, constituindo uma nova forma de discriminação positiva, ferindo o princípio da equidade e de individualidade.

No Brasil, o atual sistema de admissão no ensino superior aplica instrumentos de avaliação do mérito como capacitação específica, ou seja, o que os exames de vestibulares medem, ainda que imperfeitamente, é um conjunto de conhecimentos e habilidades considerados desejáveis para o ingresso na universidade e a capacitação para o exercício profissional.

As cotas colocam em xeque e debate as polêmicas sobre o acesso dos estudantes negros e brancos à universidade, pontuando que o ensino superior não pode ser considerado privilégio de alguns e colocando em discussão a forma como a justificativa do mérito acadêmico tem se instaurado na sociedade como argumento para a não implementação das cotas raciais. De acordo com Gomes (2004) a vida acadêmica exige determinadas competências e saberes, o que é muito diferente do discurso limitado do mérito acadêmico. O discurso do mérito acadêmico nos distancia do debate sobre o direito à educação para todos os segmentos sociais e étnico / raciais.

Do ponto de vista da produção bibliográfica, já existem algumas pesquisas e publicações sobre a temática, destacando a implementação em 2003 do grupo de trabalho da ANPED, intitulado “Grupo de estudos afro-brasileiros e educação”. A 25ª Reunião Anual da ANPED (2002) teve como um dos grupos de trabalhos a sessão temática “Relações Raciais / étnicas e educação”, que apresentou estudos voltados para a temática das relações raciais, destacando-se o trabalho de Siss (2002), que discute a questão da interseção entre políticas educacionais, relações raciais e processos de implementação. O autor explicita o conceito teórico de relações raciais e discute a política de ação afirmativa voltada para a inclusão social, com base na apresentação dos resultados das ações norte-americanas.

Na 26ª Reunião Anual da ANPED (2003) foi implementado o grupo de estudos “Afro-brasileiros e Educação”. Destaca-se nesse evento científico o artigo de Veríssimo (2003), que propõe ao leitor a análise da política social na área educacional no governo de FHC (1995-2002), destacando a priorização dada ao ensino fundamental como etapa mais importante do processo educativo e, conseqüentemente, a implementação de programas e políticas públicas voltadas para o desafio da permanência e qualidade do ensino nas escolas públicas. A autora apresenta a conjuntura dos anos 90, caracterizada por um quadro de exclusão de negros do processo de educação formal e o surgimento do debate das políticas de ações afirmativas.

Outra fonte de estudos sobre a temática de afro-brasileiros e políticas de ações afirmativas encontra-se na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online – SciELO – que apresenta revistas especializadas, artigos e periódicos, destacando-se os autores Barcelos (2004) e Barrozo (2004) .

Barcelos (2004) analisa alguns aspectos da vivência de estudantes universitários e sua percepção das relações raciais no Brasil, investigando como os estudantes compreendem a existência de tratamento diferenciado entre negros e brancos na sociedade em geral e na universidade em particular.

Barrozo (2004) em seu artigo intitulado “A idéia de igualdade e as ações afirmativas” faz uma análise do binômio igualdade / democracia, destacando as propostas de ações afirmativas. O autor aborda polêmicas como a questão do mérito acadêmico, ressaltando que as vagas em cursos superiores são bens de natureza pública, produzidos ao longo do tempo pelo esforço coletivo de instituições governamentais e da sociedade civil, destacando o valor da igualdade e da democracia.

Ainda com base na produção de conhecimento, desde 1999, a Ação Educativa e a ANPED, com apoio da Fundação Ford, fomentam pesquisas e a constituição de grupos de investigação no campo dos estudos sobre o negro e a educação.

A ANPED e a Ação Educativa através do Serviço de Informação e Documentação (SID) coleta, trata e dissemina informações, possuindo um acervo especializado em EJA e temas relativos à juventude. Dentre as indicações bibliográficas organizadas e sistematizadas pelo SID com relação à temática “Políticas de Ações Afirmativas” destacam-se Mello (2002) e Moehlecke (2002).

Mello (2002) propõe reflexões com relação ao estabelecimento de cota para o acesso de negros às universidades, destacando que o mérito da proposição é amenizar as desigualdades sociais e particularmente aquelas que atingem os negros.

O artigo de Moehlecke (2002) oferece uma introdução à recente discussão sobre as políticas de ação afirmativa e o sistema de cotas no Brasil, destacando seu conceito, origem, organização e questões polêmicas.

Outras referências bibliográficas são sistematizadas e disponibilizadas no acervo bibliográfico do Programa políticas da Cor na Educação Brasileira, implementado pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, dentre elas destacamos as produções de Cesar (2004) e Santos (2003).

Cesar (2004) em seu artigo “Questões jurídicas do sistema de reserva de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre a UERJ, a Unb e a Uneb” apresenta

um estudo analítico das ações afirmativas no Brasil, destacando a experiência brasileira de reserva de vagas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Estadual da Bahia e na Universidade de Brasília.

Santos (2003) em sua obra aborda os princípios e críticas mais recorrentes as ações afirmativas, destacando a ação dos negros na luta anti-racismo. Ele ressalta que o lugar central do debate acerca das ações afirmativas é sem dúvida a universidade, uma vez que constitui um espaço de reprodução e legitimação da ascensão social

O Caderno de Pesquisas (nº 128, maio-agosto de 2006) apresenta três pesquisas que abordam diversas alternativas políticas de inclusão no ensino superior (Tragtenberg, Bastos e al; Mitrulis e Penin; Carvalho). Compêndios recentes com relatos de experiências e propostas sobre políticas de inclusão em universidades públicas (Gomes e Martins, org., 2004; Peixoto, org., 2004) também subsidiam elementos para o mapeamento das questões de pesquisa sobre o ProUni.

Há igualmente um incipiente eixo de estudos avaliando mais detidamente os processos pedagógicos de ações afirmativas, em prol de graduandos de políticas de cotas em universidades públicas, como a dissertação de Valentim (2004) sobre o curso de Direito na UERJ, e em universidades privadas (Carvalho, 2006).

A pesquisa tem relevância acadêmica à medida que consiste num primeiro olhar analítico do processo de implantação do ProUni, problematizando sua dimensão acadêmica e intersubjetiva. Contribui pois para a produção de conhecimento científico no campo teórico da Política Educacional, nas interfaces entre Educação, Desigualdades Sociais e Política Social. A pesquisa também tem grande relevância para o campo empírico, no sentido de desvelar os impactos institucionais da implantação do ProUni, destacando seus pontos de fragilidade e suas estratégias de intervenção.

Parte B: Implicações Técnico- Metodológicas de um Estudo de Campo Exploratório.

No contexto das Ciências Sociais voltadas ao estudo de políticas e de movimentos sociais, o presente projeto de pesquisa pode ser devidamente classificado como “*exploratory field study*”, ou um estudo de campo de natureza exploratória. Com efeito, segundo Fred N. Kerlinger, em *Foundations of Behavioral Research: Educational and Psychological Inquiry* (New York: Holt, Rinehart Inc., 1984, p. 386-391) :

- “estudos de campos são investigações científicas “*expost facto*”, destinadas a descobrir as relações e interações entre variáveis sociológicas, psicológicas e educacionais, no âmbito de estruturas sociais reais”;

- ainda segundo Kerlinger, com respaldo em Katz (pág. 388), as propriedades epistemológicas do presente estudo de campo objetivam descobrir e identificar variáveis significantes no contexto do ProUni, enquanto política nacional de inclusão social. Intenta-se pois o mapeamento de construtos e variáveis cobrindo os diferentes eixos temáticos –social, pedagógico, financeiro, cultural, ideológico, etc – que integrarão os instrumentos de levantamento de dados: questionários, pautas semi-estruturadas ou abertas de entrevistas; observações.

A natureza exploratória de um estudo de campo requer desenvolver-se um mapeamento mais completo das implicações teórico-práticas vivenciadas pelas IES e pelos bolsistas do ProUni. Respalado em Boudon e Lazarsfeld (1976), é possível delinear os percursos dedutivo-indutivos dos conceitos aos índices na construção das variáveis e demais itens dos instrumentos de pesquisa.

No quadro I, a seguir, através de 05 blocos temáticos, busca-se mapear essas dimensões institucionais e intersubjetivas do processo de inclusão no ensino superior. Conforme ressaltado por Babbie (2005), “conceitos não especificados têm riqueza de significados, no sentido de combinarem uma variedade de elementos, resumizando um fenômeno complexo” (p. 108).

Quadro I : Mapeamento das dimensões institucionais e intersubjetivas associáveis ao ProUni, enquanto política de inclusão induzida sobre as IES particulares, em prol de grupos sociais alvo de ações afirmativas:

Dimensões analíticas sobre o ProUni como política induzida de ação afirmativa no ensino superior privado:	Percepções intersubjetivas (2) sobre os processos instituídos e instituintes nas IES, em reação à política de ação afirmativa induzida pelo ProUni:	Percepções intersubjetivas dos bolsistas em relação a processos macropolíticos, meso-institucionais e microsociais desencadeada- dos pelo ProUni:
1 – bloco temático sobre os perfis socioeconômicos dos bolsistas beneficiários do ProUni:	Como as IES parceiras do ProUni gerenciam institucionalmente e barganham com o MEC os requisitos legais sobre os recursos da isenção fiscal; como gerenciam os critérios sobre cotas por etnia, pobreza, etc; como lidam com carência de renda para a permanência e rendimento escolares dos bolsistas.	Que percepções intersubjetivas os bolsistas desenvolvem sobre o ProUni e sua IES, seja quanto a relações interinstitucionais, seja quanto aos perfis socioeconômicos dos próprios bolsistas, às estratégias institucionais e individuais em cooptar com condições desfavoráveis à continuidade dos estudos.
2 – bloco temático sobre os perfis da escolaridade pregressa dos bolsistas no ensino médio, no ENEM, pré-vestibular.	Como as IES parceiras do ProUni gerenciam os processos de seleção dos bolsistas via ENEM; fazem ajustes pedagógicos e administrativos para uma inserção acadêmica qualitativa e quantitativa dos graduandos bolsistas.	Como os bolsistas avaliam suas trajetórias pessoais e suas inserções na rede pública de ensino médio, no ENEM, pré-vestibular. Como percebem suas IESs em termos de qualidade acadêmica, de procedimentos para uma efetiva inclusão qualitativa acadêmica, os recursos docentes, avaliativos, curriculares, etc.

3 - bloco temático sobre dimensões de diversidade, multiculturalismo, empoderamento de grupos étnicos e pobres beneficiários.	Como as IES implementam propostas político- pedagógicas relacionadas à diversidade social e cultural. Como seu pessoal docente e técnico se comporta frente às formas de discriminação, racismo nas IES.	Que percepções intersubjetivas os bolsistas do ProUni têm face às interrelações de classes sociais, à diversidade cultural, manifestações de preconceitos entre alunos, docentes e funcionários. Como são percebidas as ações afirmativas pró empoderamento dos grupos e pessoas.
4) bloco temático sobre os processos acadêmicos de ensino-aprendizagem relativos à inclusão no ensino superior:	Como as IES desenvolvem processos e propostas político-pedagógicas relacionadas a uma efetiva inclusão acadêmica dos bolsistas do ProUni?	Quais são as percepções dos bolsistas relativamente aos processos de ensino-aprendizagem, avaliação e rendimento escolar, como estratégias de efetiva inclusão qualitativa na IES?
5) bloco temático sobre percepções político-ideológicas dos atores sociais a cerca dos rebatimentos provocados pelo ProUni em relação às estruturas e processos macropolíticos e macrosociais.	Como as IES expressam comportamentos institucionais de adesão e/ou resistência a políticas de inclusão e promoção dos grupos étnicos e segmentos pobres em cursos antes eletistas. Se promovem práticas instituídas e/ou instituintes nos processos acadêmicos, no tratamento igualitário dispensado a alunos pagantes e bolsistas. Quais práticas e espaços de empoderamento e diversidade favorecem ou inibem nos espaços escolares.	Que perfis político- ideológicos são expressos pelos bolsistas face aos tipos de mudanças estruturais / conjunturais / paliativas desencadeadas pelo ProUni. Como as políticas implementadas pelo MEC são percebidas nas percepções intersubjetivas sobre interrelacionamentos inter-classes sociais, grupos interculturais, sobre a auto-estima e o empoderamento dos grupos étnicos e sociais na população-alvo.

(2) O mapeamento das dimensões instituídas e instituintes das IES parceiras do ProUni será operacionalizado com base sobretudo em entrevistas abertas e grupos focais. Entretanto, no presente estágio da pesquisa, a análise está restrita a dados coletados através de um survey junto a 400 bolsistas do ProUni na IES objeto da pesquisa.

Parte 3: Um retrato empírico sobre o ProUni como política de inclusão em uma IES privada, através de dimensões institucionais e percepções intersubjetivas dos bolsistas.

A partir do referencial teórico com base em Nóvoa (1992), e Carvalho e Diogo (1997) relativamente às dimensões institucionais; e com base em Bourdieu (1994), Silva (2003) e Koury (2005) em relação às percepções intersubjetivas, procura-se retratar aqui a rede de relações desencadeadas por um política de ação afirmativa do Governo Federal, em prol da inclusão no ensino superior privado de grupos sociais dele antes excluídos, através de ações induzidas sobre uma universidade.

Contextualizando a IES como o universo da pesquisa

O escopo de estudar o ProUni como política de inclusão recomenda pesquisar-se uma IES particular já com uma razoável institucionalização de ações inclusivas, em prol

de grupos sociais de baixa renda e afrodescendentes. Assim, os eventuais impactos desencadeados no biênio 2005-2006 pelo ProUni já provocaram mediações, de modo a permitir aos atores sociais envolvidos ter maior nitidez em suas percepções sobre o ProUni, como uma política com impactos sobre as esferas acadêmicas, administrativas, financeiras e psicossociais da IES.

Dada esta premissa, a IES objeto da pesquisa já vinha desenvolvendo desde 1994, em uma região metropolitana, algumas ações inclusivas, via programas de bolsas de estudos totais e parciais, auxílios complementares de transporte, alimentação e material escolar, em prol de alunos pobres e afrodescendentes. Trata-se de uma universidade que estatutariamente se define como confessional, comunitária e filantrópica, cuja missão institucional em princípio se coaduna ao intento do ProUni. É uma IES com perfil de universidade com consolidada pós-graduação e pesquisa, com 27 cursos de graduação nas áreas de ciências humanas, sociais e técnicas (exceto pois a área bio-médica), com um corpo discente de 11.200 graduandos, matriculados em um único campus, localizado em área urbana de alto IDH, mas próxima a diversas favelas de grande porte. Esta caracterização meso-institucional da IES (Carvalho e Diogo, 1997; Nóvoa, 1992) compõe pois o cenário de mediações instituídas e instituintes face a uma política de inclusão social induzida externamente pelo MEC. A IES pesquisada constitui-se portanto um campo - como entendido por Bourdieu (1994), “um estado de relações de força entre agentes e/ou instituições, que buscam preservar ou melhorar suas posições em redes sociais e/ou instituições dotadas de relativa autonomia” – e neste campo busca-se identificar comportamentos institucionais e percepções intersubjetivos dos seus atores sociais, com referência a “como esses agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem e legitimam”.

Perfis socioeconômicos do universo de 400 graduandos bolsistas do ProUni.

Importa aqui identificar as variáveis que condicionaram este universo de 400 atores sociais a valer-se da política de inclusão do ProUni, a fim de desenvolver estratégias pessoais, familiares e institucionais que lhe assegure o processo de inclusão em uma universidade privada.

Na perspectiva do perfil etário, a metade (50,5%) desses bolsistas encontra-se na faixa etária “ótima” de 18 anos ou menos, dado que denota uma trajetória escolar sem incidência de evasão e repetência ao longo da escola básica. Em contraponto, $\frac{1}{4}$ já mostra a defasagem acentuada de 3 anos ou mais, e outro $\frac{1}{4}$ revela uma defasagem entre

1 e 2 anos em relação à idade “ótima”. Sob a perspectiva etária, portanto, o processo de inclusão do ProUni parece desempenhar um papel compensatório relativo.

Entretanto, a distribuição dos bolsistas segundo o gênero – com a predominância de 53,5% de bolsistas masculinos – retrata a peculiaridade do ProUni operar, no caso dessa IES parceira, como uma política efetivamente induzida sobrepondo-se à anterior lógica de filantropia da IES: a alocação das bolsas de estudos ocorria nas graduações das Licenciaturas e de Serviço Social, preservando o acesso aos cursos mais competitivos e prestigiosos exclusivamente a alunos pagantes. Nesse processo corretivo de levar a IES a democratizar o acesso de bolsistas também às graduações mais competitivas, o ProUni manifesta uma característica positiva de inclusão. Com efeito, a maioria dos bolsistas está agora direcionada a cursos profissionais tradicionalmente mais ocupados por homens, como os cursos das Engenharias, de Economia, Administração, Relações Internacionais.

A área residencial familiar – especialmente em áreas metropolitanas de grande porte - reflete em geral aspectos de discriminação sofrida pelas camadas populares quanto ao acesso a serviços públicos, inclusive aos de uma escola pública de qualidade. Esta discriminação potencialmente pode ser revertida pelo acesso a uma IES de qualidade. Sob tal hipótese, conforme o Gráfico 1, 31% são compostos por graduandos residentes em comunidades pobres; e 2/3 (66%) deles são moradores de áreas de estratos médios inferiores, com o residual de apenas 3% residindo em áreas mais favorecidas, onde talvez seus pais prestam serviços como porteiros, domésticas, etc.

As faixas de renda familiar dos bolsistas (Gráfico 2) refletem as exigências legais do ProUni: até 1 salário mínimo per cápita para beneficiários de bolsa integral; ou até 2 per capita para alunos com bolsa parcial. Na IES em estudo via de regra os bolsistas do ProUni recebem bolsas integrais, em razão das elevadas mensalidades cobradas. Assim, 28,5 % dos bolsistas possuem renda média inferior a R\$ 200,00 per cápita; enquanto 1/3 deles vivem com cerca de R\$ 300,00 por pessoa. Os restantes 38% possuem cerca de 1 salário mínimo por membro familiar. Em 2006, 129 bolsistas receberam bolsas complementares em auxílios-transporte, alimentação e material escolar de um fundo de solidariedade da IES, denotando assim que 1/3 dos bolsistas do ProUni não poderiam continuar os estudos sem esse apoio complementar da IES.

Dado o critério do ProUni em ponderar também o fator étnico – particularmente em prol de afrodescendentes e índios – no Gráfico 3 a proporção total de 56,3 % de afrodescendentes entre os bolsistas (22,7% de negros; 33,6% de pardos e mulatos)

retrata uma ação positiva de inclusão para esses grupos étnicos; além de 1,5% de descendentes de índios e amarelos. O total de 42,2% de brancos entre os bolsistas do ProUni nessa IES mostra-se bem menor do que as médias predominantes no país.

Perfis de escolaridade prévia e de seleção vestibular entre os bolsistas do ProUni.

Neste bloco temático são explorados três perspectivas analíticas: i) a relevância do ENEM como processo seletivo; ii) a rede escolar de ensino médio freqüentada e seu perfil propedêutico para acesso ao ensino superior; iii) a freqüência a pré-vestibulares.

A adoção do ENEM como processo seletivo para as vagas geradas pelo ProUni, representou para o MEC uma dupla estratégia política: na perspectiva pedagógica assegura um padrão mínimo nacional de qualidade ao ProUni ao parametrá-lo segundo os PCNEM de 1998; e preserva assim aspectos de seletividade e meritocracia. Sob tal perspectiva de um processo seletivo via ENEM, os Gráficos 4, 8 e 14 permitem observar os perfis de rendimento escolar segundo a matriz de competências do ENEM, considerando-se apenas os valores informados:

- i) no decil superior, acima de 90 pontos, situam-se 8% dos bolsistas selecionados;
- ii) no decil de médias entre 80 e 89, colocam-se 13% dos bolsistas do ProUni;
- iii) entre 70 e 79 pontos, estão 36% dos bolsistas selecionados; iv) no decil de médias 60 a 69, situam-se 32% ; v) no decil inferior de 50 a 59 pontos, estão colocados 11% dos bolsistas do ProUni na IES.

Deve-se ressaltar pois que 44% dos bolsistas ProUni estão abaixo do ponto de corte da média 70 no ENEM, que é adotado pela IES para as vagas fora da cota do ProUni.

Um segundo prisma de análise reporta-se à rede escolar freqüentada no ensino médio e aos níveis de preparação propedêutica nessas escolas (Gráfico 5) quanto à aprovação nos vestibulares das principais universidades públicas.

Rede escolar freqüentada no ensino médio pelos bolsistas do ProUni :	Percepções sobre os níveis de aprovação de suas escolas médias nos exames vestibulares para as universidades públicas:
-----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Rede estadual: 56 dos bolsistas rede federal: 28% dos bolsistas rede particular c/ bolsas: 16%	Escolas médias com elevada aprovação: 10,0% Esc. com bom nível de aprovação: 28,4% Esc. com nível regular de aprovação: 28,4% Escolas médias sem perfil propedêutico: 33,6%
------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os dados acima ressaltam a opção política do ProUni em favorecer concluintes da rede pública de ensino médio (84%). Destacam também a relativamente alta chance de ex-alunos da rede federal (28%) terem acesso à IES em pauta, dada a reduzida proporção das escolas federais. A taxa de 16% de bolsistas do ProUni oriundos da rede particular é explicável pela obtenção de gratuidade completa de bolsas de estudo.

Finalmente uma terceira dimensão sobre a escolaridade prévia dos bolsistas do ProUni é mostrada pela frequência a cursos pré-vestibulares, com a maioria de 55,4% não tendo feito cursos propedêuticos. Entretanto na parcela de graduandos com cursos pré-vestibulares a maioria deles estudou em cursos pré-vestibulares comunitários (EDUCAFRO, PVNC, ONGs, etc) totalizando assim 25% dos bolsistas do ProUni como oriundos de comunidades pobres.

As percepções intersubjetivas dos bolsistas sobre os processos de inclusão na IES.

Com base na literatura consultada, sobretudo a que relata experiências da adoção de cotas em universidades públicas e privadas, foram dimensionados diversos eixos temáticos sobre ações positivas, diversidade, multiculturalismo e empoderamento de graduandos oriundos de camadas populares, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais.

Níveis de intensidade das percepções dos graduandos bolsistas do ProUni quanto a diferenças socioeconômicas, étnico-culturais e psicossociais em face aos demais graduandos		
níveis percebidos de diferenças socioeconômicas	Níveis percebidos de diferenças étnico-culturais	Níveis percebidos na falta de integração psicossocial
Intensa percepção - 52 %	Intensa percepção - 19 %	Intensa percepção - 08 %
Mediana percepção - 25 %	Mediana percepção - 34 %	Mediana percepção - 28 %
Pouca percepção - 10 %	Pouca percepção - 30 %	Pouca percepção - 37 %
Não sabem - 08 %	Não sabem - 07 %	Não sabem - 17 %

Assim sendo, apesar da elevada percepção sobre as diferenças socioeconômicas (77%) e sobre as diferenças étnico-culturais, pouco mais de 1/3 ou 36% observam ocorrer falta de integração psicossocial (vide Gráficos 6 e 7).

Em três outros itens do questionário, quanto às percepções dos bolsistas do ProUni sobre os efeitos da política de inclusão na IES, o reconhecimento desse processo

alcança a elevada taxa de 91% quanto a seus benefícios para a convivência das diversas classes sociais; de 91,5% quanto ao reconhecimento de outros valores culturais; e o ápice de 92,2% em relação à convivência entre diferentes etnias (questões observáveis nos Gráficos 6, 7, 9, 10, 11, 13, 15 e 16).

Níveis de intensidade das percepções dos bolsistas do ProUni sobre atitudes de preconceito da parte do pessoal docente, técnico-administrativo e discente		
Percepções de preconceitos da parte dos professores	Percepções de preconceitos do pessoal técnico-administ	Percepções de preconceitos da parte dos demais alunos
Forte percepção - 01 %	Forte percepção - 01 %	Forte percepção - 08 %
Leve percepção - 15 %	Leve percepção - 14 %	Leve percepção - 37 %
Não percebem - 69 %	Não percebem - 72 %	Não percebem - 45 %
Não sabem - 13 %	Não sabem - 13 %	Não sabem - 10 %

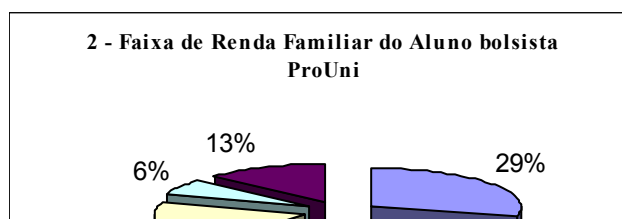
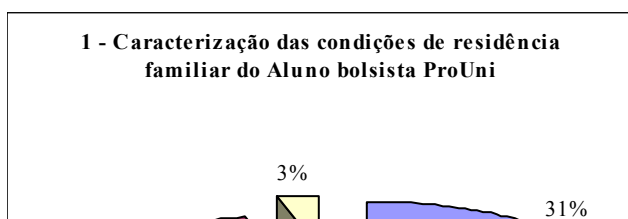
Em princípio os níveis de preconceitos são perceptíveis por menos de 1/5 dos bolsistas – entre os docentes em 16%; entre o pessoal técnico-administrativo 15% - mas ainda persistem em 45% entre os próprios alunos (Gráfico 7).

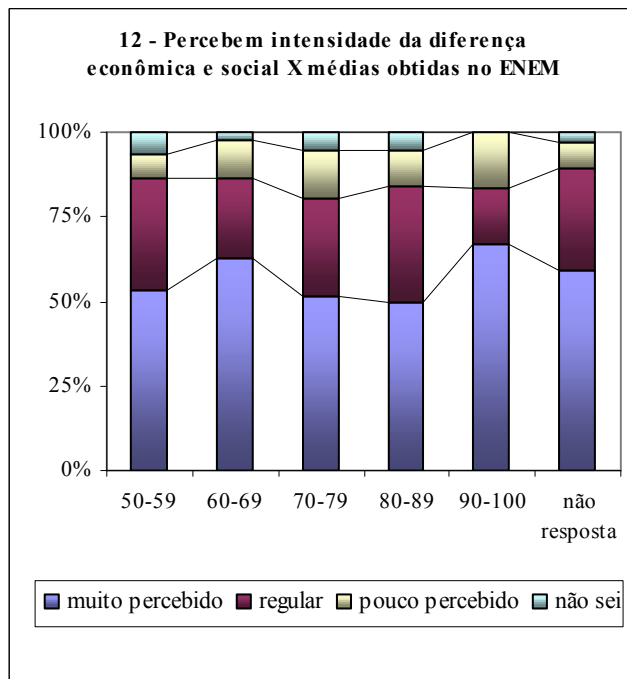
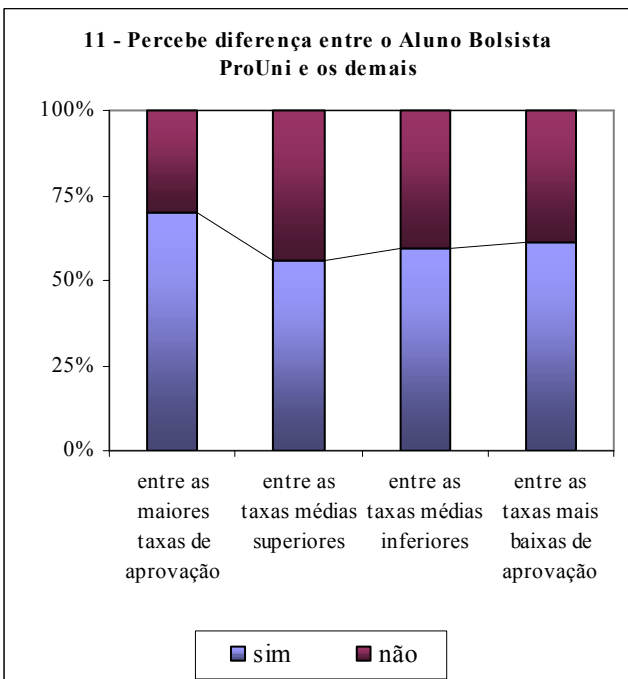
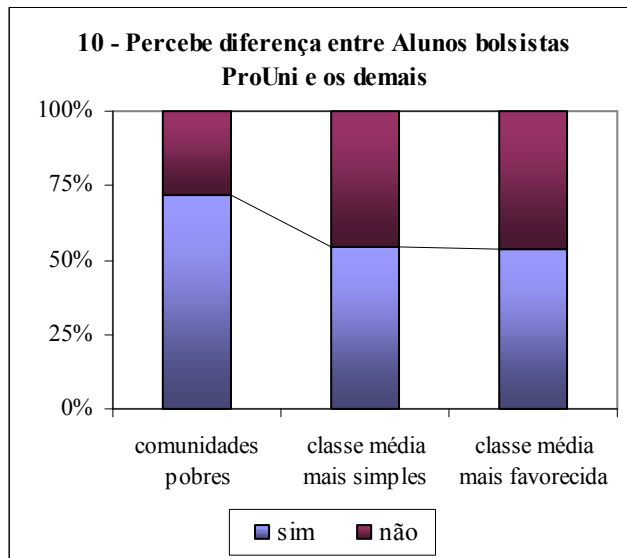
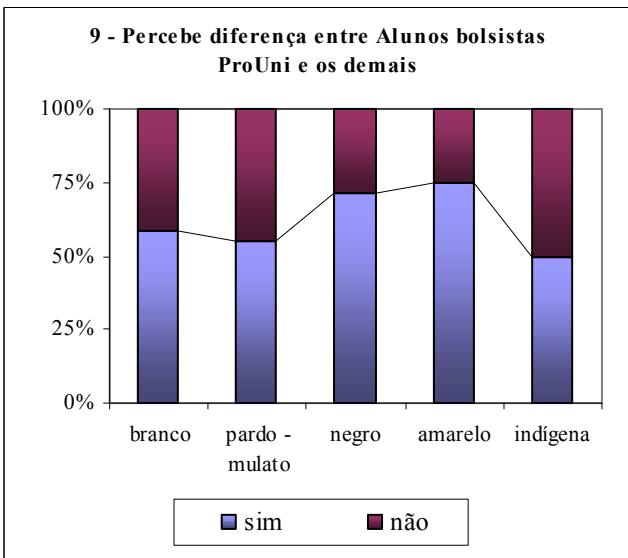
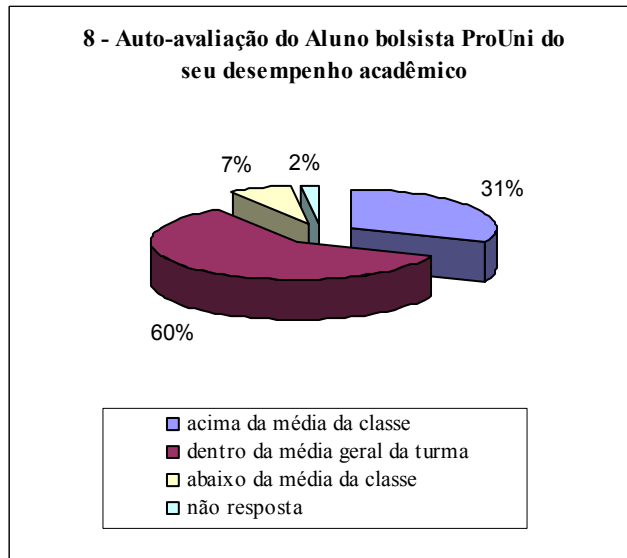
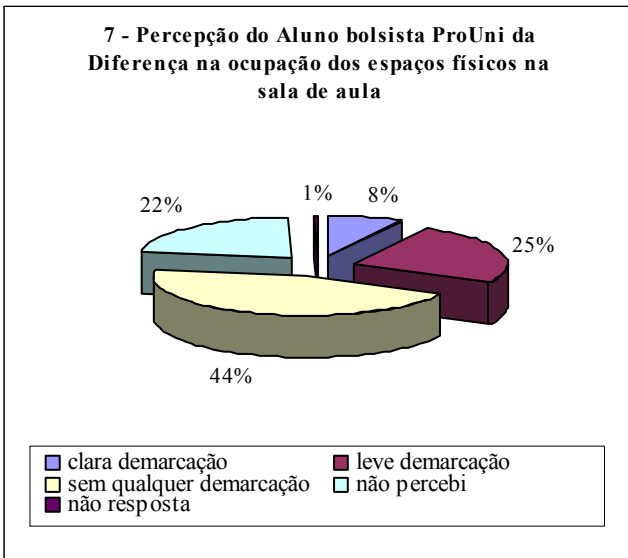
Níveis de intensidade das percepções dos bolsistas do ProUni sobre as interações em sala de aula, em trabalhos escolares extra-aula, e em atividades políticas		
Intensidade das interações em sala de aula	Intensidade das interações em trabalhos extra-aula	Intensidade das interações em atividades políticas
Forte interação - 76 %	Forte interação - 53 %	Forte interação - 25 %
Fraca interação - 15 %	Fraca interação - 33 %	Fraca interação - 29 %
Não percebem - 07 %	Não percebem - 12 %	Não percebem - 43 %
Não sabem - 02 %	Não sabem - 02 %	Não sabem - 03 %

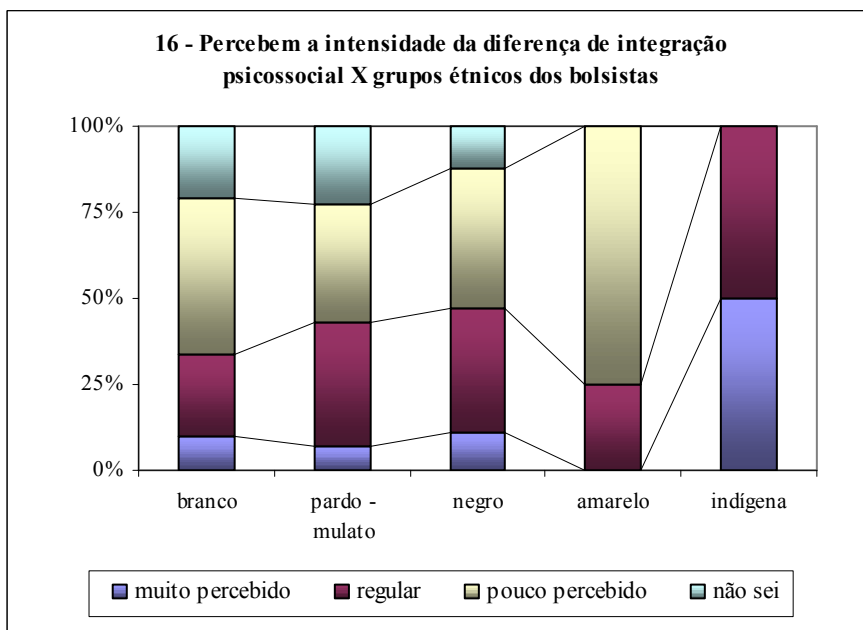
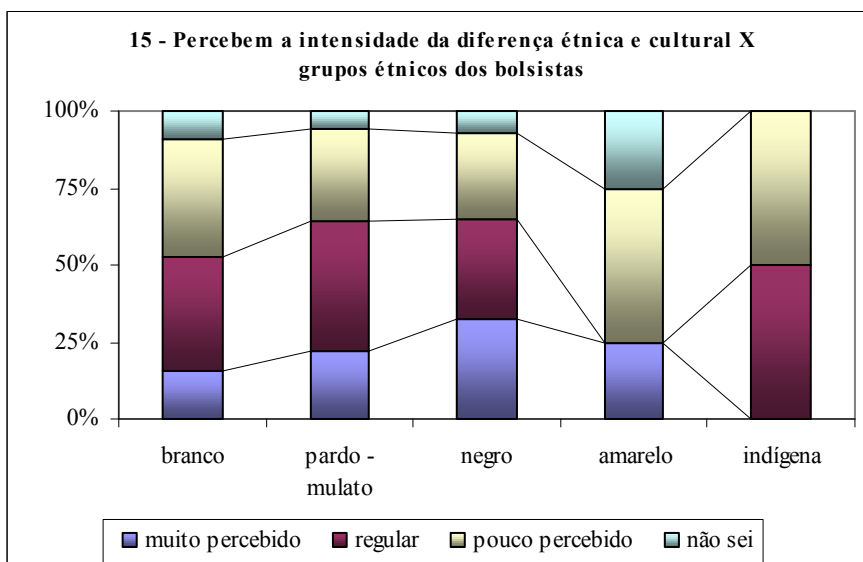
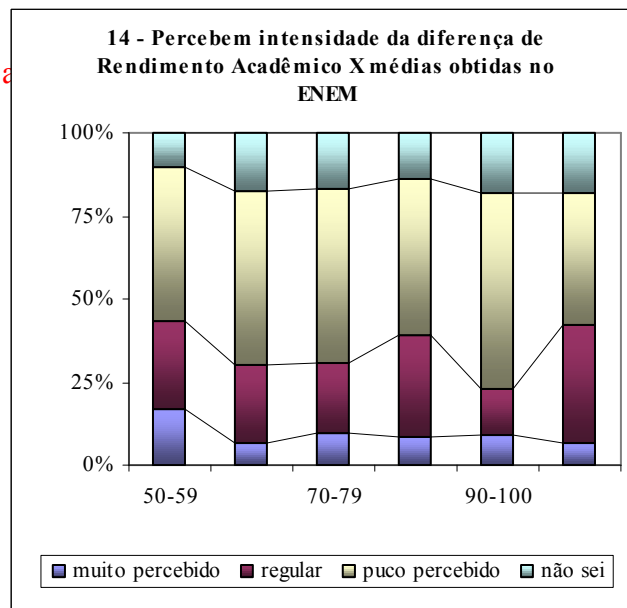
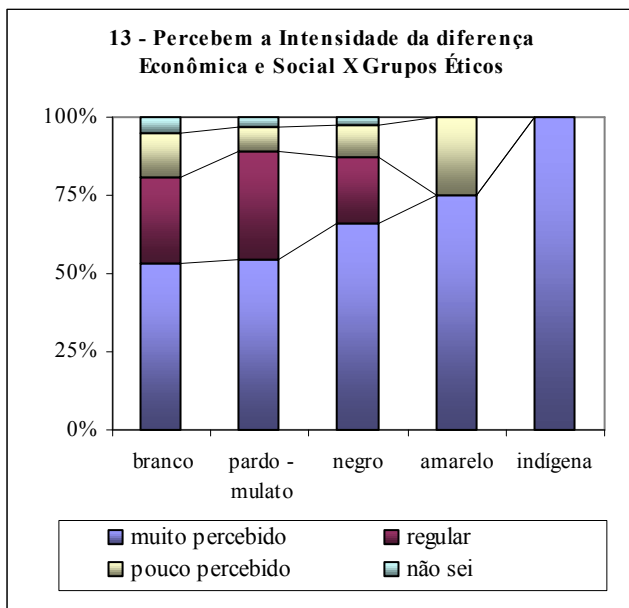
Sob o prisma acadêmico dos trabalhos escolares, percebe-se uma interação positiva em 76% dos casos em sala de aula; e em 53% quanto a trabalhos extra-classe. Já nas atividades político-estudantis apenas $\frac{1}{4}$ reconhece ocorrer forte interação.

A análise estatística é operacionalizada ainda em 8 gráficos - 9 até 16- sobre cinco variáveis centrais – grupos étnicos; níveis socioeconômicos de renda familiar e de área residencial; os fatores escolares de médias obtidas no ENEM e os tipos de escolas freqüentadas no ensino médio – buscando discriminar melhor as diferentes percepções institucionais e intersubjetivas predominantes entre os bolsistas do ProUni. Frente, entretanto, aos limites técnicos de espaço do presente relatório, destacamos apenas dois aspectos:

1 - É possível observar que os bolsistas negros, indígenas e amarelos – as denominadas minorias sociais – e que residem em comunidades pobres percebem com maior intensidade as diferenças entre bolsistas e alunos pagantes; observa-se maior acuidade nesta percepção entre os alunos negros gráficos 9 e 10).







2- Outra questão relevante é a diferença de rendimento acadêmico, percebida com intensidade pelos bolsistas com as menores médias no ENEM, que nos itens abertos do survey relatam dificuldades em português e na elaboração de relatórios técnicos, recorrendo a estratégias de superação como trabalhos em grupos, monitorias e o apoio docente (gráfico 14). Já os bolsistas com maiores médias no ENEM, oriundos de escolas do ensino médio com altas taxas de aprovação nos vestibulares, percebem mais as diferenças socioeconômicas, o que por hipótese indicaria maior politização ou reflexão crítica (gráficos 11 e 12).

Um intento de análise qualitativa sobre os efeitos macrossociais do ProUni.

Como indicado no quadro sinóptico, o quinto bloco temático da pesquisa – percepções político-ideológicas sobre o ProUni em seus pressupostos macrossociais – foi pesquisado através de itens abertos, em relação aos padrões de mudanças estruturais, conjunturais, incrementais, ou paliativas eventualmente provocados pelo ProUni. Por conter um amplo banco de dados, ainda em desenvolvimento no software ATLAS.TI, e face à limitação técnica de espaço no relatório, será elaborada apenas uma síntese sobre os padrões mais recorrentes de respostas observáveis.

Nesse bloco estão operacionalizados 05 eixos de análise sobre o ProUni: i) como uma política de acesso ao ensino superior; ii) como um instrumento de inclusão social; iii) como política pública que cria vagas nas IES privadas, com riscos de ampliar a privatização do ensino superior; iv) o ENEM como processo de seleção dos candidatos ao ProUni; v) os impactos do ProUni na política de bolsas sociais da IES pesquisada. Em cada eixo temático busca-se destacar algumas categorias como as mais recorrentes nas apreciações escritas pelos 400 bolsistas do ProUni.

Com relação ao primeiro eixo – O ProUni como uma política de acesso ao ensino superior – são identificáveis as seguintes dimensões: i) o ProUni como medida paliativa, mas que garante o acesso ao ensino superior; ii) medida ampliadora do acesso ao ensino superior não público; iii) permite o acesso a alunos da rede pública de ensino pela meritocracia; iv) é medida favorecedora da diversidade no ensino superior. Dentre tais dimensões, a maioria dos bolsistas aponta o ProUni como assegurando o acesso ao ensino superior, ressaltando contudo seu caráter paliativo, pois seria necessária uma reforma estrutural da educação básica pública.

No segundo eixo de análise – O ProUni como instrumento de inclusão social – são destacadas as seguintes dimensões: i) o ProUni permite igualdade de direitos entre bolsistas e pagantes; ii) enseja oportunidades de ascensão profissional e cultural; iii)

democratiza o ensino superior nas IES privadas; iv) favorece a diversidade; v) não assegura contudo efetiva inclusão social aos bolsistas do ProUni. Fica evidente que os bolsistas entendem que o ProUni abre portas à ascensão profissional e cultural, uma vez que vêem na formação a nível superior a oportunidade de entrar em contato com novos conhecimentos, receber qualificação e, ao seu término, conseguir empregos melhor remunerados. Ressalva-se que entre os bolsistas de 2006 poucos apontaram que o ProUni não inclui socialmente; tal afirmação foi mais recorrente entre os bolsistas de 2005.

No terceiro eixo – O ProUni como política pública que gera vagas em universidades privadas – a maioria dos alunos percebe o ProUni como medida que democratiza o ensino superior, por oferecê-lo às pessoas que não têm condições financeiras para o financiar. As demais categorias identificadas são: i) O ProUni é apenas uma medida paliativa; ii) mas uma medida que diversifica o ensino superior privado; iii) é uma estratégia política que racionaliza o devido uso das vagas nas IES privadas, por gerir melhor a renúncia fiscal da União; iv) é medida que permite o acesso a universidades, mas sem assegurar a excelência acadêmica. É notório, contudo, que a discussão em torno da qualidade das IES parceiras do ProUni pouco se faz presente.

Com relação ao quarto eixo de análise – O Enem enquanto processo de seleção para as bolsas do ProUni – duas dimensões são destacadas: i) trata-se de prova que avalia competências e habilidades; mas de forma muito genérica; ii) muitos bolsistas do ProUni percebem o Enem como um método de avaliação mais eficaz do que as provas vestibulares, por avaliar competências e habilidades e por apresentar os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizada.

No quinto eixo de análise - os impactos do ProUni sobre a sistemática anterior de bolsas sociais adotada pela IES – a maioria dos bolsistas ressalta que o ProUni ampliou a quantidade de bolsas oferecidas pelas IES. Já a minoria entende que: i) não houve impactos positivos; ii) houve redução de bolsas antes destinadas aos mais pobres; iii) diversificou o espectro de bolsistas; iv) apenas complementou o sistema de bolsas já existente na IES.

Parte 4: A título de conclusões ainda provisórias.

Em relação ao escopo teórico e metodológico de uma pesquisa de campo exploratória (Kerlinger, 1984; Babbie, 2005), o presente estudo permitiu avançar no mapeamento de dimensões analíticas e construtos considerados pertinentes para

diagnosticar os impactos do ProUni, enquanto política de inclusão social, em uma dupla perspectiva: i) seja sobre os agentes e seus grupos sociais, em princípio a população-alvo do propalado processo de inclusão no ensino superior; ii) seja sobre as IES privadas parceiras do ProUni, as quais em princípio podem inibir e/ou dinamizar as ações inclusivas induzidas pelo Estado, como buscam ressaltar alguns paradigmas de análise sobre redes sociais e poder (Marques, 2006). Esta avaliação preliminar do ProUni aponta diversas dimensões: i) os potenciais efeitos positivos em decorrência do MEC controlar melhor o uso dos recursos correspondentes à renúncia fiscal da União; ii) a adoção do ENEM como critério seletivo na alocação das bolsas, em resposta parcial à exigência da meritocracia acadêmica.

A pesquisa também aponta lacunas e limites nos processos pedagógicos e financeiros da inclusão na IES; além de questionamentos aos efeitos macrossociais e macropolíticos do ProUni como política pública de inclusão via IES privadas.

Referências Bibliográficas

- BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2005.
- BARCELOS, Luiz Cláudio e MACHADO, Elielma Ayres. *Relações raciais entre universitários no Rio de Janeiro*. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 26/09/04.
- BARROZO, Paulo Daflon. A idéia de igualdade e as ações afirmativas. In: *Lua Nova* (63). São Paulo: 2004. disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 12/06/06.
- BOUDON, Raymond e Lazarsfeld, Paul. *L'analyse empirique de la causalité*. Paris: Mouton Ed., 1976 (in R. Boudon: *Método da Pesquisa*. Rio: Zahar Ed. 1989)
- BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Lisboa: Editora Difel, 1994
- CARVALHO, Angelina e DIOGO, Fernando. *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento, 1997.
- CARVALHO, José Carmelo. Cursos Pré-Vestibulares Comunitário e seus condicionantes pedagógicos: um diagnóstico delineado com base em *surveys* e em práticas institucionais, in *Cadernos de Pesquisa*, nº 128, agosto de 2006, p 299-326.
- CESAR, Raquel Coelho Lenz. Questões jurídicas do sistema de reserva de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre a UERJ, a Unb e a Uneb. In: *Série Ensaios e Pesquisas*. Rio de Janeiro: Programa Políticas da Cor na Educação brasileira: Laboratório de políticas públicas: UERJ, 2004. disponível em: www.politicasdacor.net. Acesso em: 13/06/06.

GOMES, Nilma Lino. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.) *Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: UFMG Ed., 2004.

KERLINGER, Fred. *Foundations of behavioral research: .educational and psychological inquiry* New York: Holt Rinehart Ed., 1984.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "A Antropologia das Emoções no Brasil". *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, GREM, UFPB, v. 4, n. 12, p. 239-252, 2005.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 60, fevereiro 2006, p. 15-41

MELLO, Maria A. G. M. Cotas para negros nas universidades, solução ou problema? In: *Revista de Educação CEAP*. Salvador, 2002. Disponível em www.acaoeducativa.org.br Acesso em 27/09/04.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 2002. Disponível em www.acaoeducativa.org.br Acesso em 27/09/04.

NÓVOA, António. *As Organizações Escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. 13-43

PEIXOTO, Ma. Do Carmo L (org). *Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação e acesso à universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

SANTOS, Jailson Souza e. *Por que uns e não outros? Caminhadas de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

SANTOS, Renato Emerson (org.) *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. In: *Coleção Políticas da Cor*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas: UERJ, 2003. Disponível em www.politicasdacor.net. Acesso em: 13/06/06.

SISS, Ahyas. **Educação, cidadania e multiculturalismo**. UFF / PENESB. 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003. Disponível em: www.anped.org.br Acesso em 26/09/04.

VALENTIM, Daniela F. D. *Políticas de Ação Afirmativa e Ensino Superior: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores da Faculdade de Direito*. PUC-Rio: Dissertação de Mestrado, 2005, p. 78-115.

VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. **Educação e desigualdade racial. Políticas de ações afirmativas.** UNESP e FE/USP. 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003. Disponível em: www.anped.org.br Acesso em 26/09/04.